

**CECÍLIA GOMES DE SÁ**

**DIREITO E EMPODERAMENTO COLETIVO**

**uma crítica aos pressupostos individualistas de projetos de lei e de políticas públicas do  
Banco Mundial dirigidos às mulheres**

**RECIFE**

**2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE**

**DIREITO E EMPODERAMENTO COLETIVO**

**uma crítica aos pressupostos individualistas de projetos de lei e de políticas públicas do  
Banco Mundial dirigidos às mulheres**

Monografia-final de curso apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito do Recife, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientanda: Cecília Gomes de Sá

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Mariana Pimentel Fischer Pacheco

**RECIFE**

**2019**

CECÍLIA GOMES DE SÁ

## **DIREITO E EMPODERAMENTO COLETIVO**

*uma crítica aos pressupostos individualistas de projetos de lei e de políticas públicas do  
Banco Mundial dirigidos às mulheres*

Monografia-final de curso apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito do Recife, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

---

Prof:

---

Prof:

---

Prof:

RECIFE

2019

À minha avó Josefa, por ser um exemplo de matriarca e por me mostrar que toda mulher, antes de tudo, nasce precisando ser forte para enfrentar o mundo e alcançar seu espaço.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres que lutaram e lutam até hoje para que eu e tantas outras possamos realizar nossos sonhos e protagonizar nossas histórias.

Agradeço ao meu pai, Roberto Gomes de Sá, pelo amor, afeto, força e por ser peça fundamental para formação do meu caráter e estar presente em todos os momentos da minha trajetória.

Agradeço a minha mãe, Maria Auxiliadora Nascimento da Silva, por ser minha amiga, por ser amor, tranquilidade e me dar apoio sempre. Por também ter se feito presente quando precisei e por ser um exemplo de força.

Agradeço a minha madrastra, Antonieta Gonçalves de Andrade, pela dedicação, pelas palavras de força, por ser um porto seguro. Por hoje e por sempre: amo você. Muito Obrigada.

As palavras são escassas para demonstrar minha eterna gratidão e amor pela base que tive formada graças a estas três pessoas.

Agradeço ao meu Padrinho, Rinaldinho, por toda tranquilidade e acolhimento. A família que pude escolher e tive a sorte de ganhar na vida um amor que eu sequer imaginei.

Agradeço ao meu namorado, Fábio Costa, que esteve comigo nos momentos de sucesso e de

falhas ao longo do processo de nascimento e término deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos, em especial Maria da Graça e Ana Patrícia, que tiveram uma paciência ímpar na hora que faltei os encontros por estar escrevendo esta monografia.

Agradeço aos docentes que marcaram minha trajetória e me inspiraram constantemente com seus ensinamentos.

Agradeço à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Mariana Fischer por toda paciência e acolhimento antes, durante e ao fim deste trabalho. Aproveito para registrar minha imensa admiração pela trajetória dela e de seu conhecimento.

## RESUMO

O vocábulo ‘empoderamento’ e sua gama de acepções estão sendo cada vez mais disseminadas na sociedade contemporânea entre os mais diversos setores: seja no Banco Mundial ou nos movimentos sociais, a palavra está presente e reverbera de maneira diferente em cada espaço. Anterior a esta configuração, na década de 60, o movimento feminista e o movimento negro nos Estados Unidos da América passaram a utilizar a palavra ‘*empowerment*’ como mecanismo de luta pela libertação dos seus corpos. Este marco histórico foi essencial para disseminação do vocábulo entre os movimentos sociais, a nível mundial, contudo não se limitou a estes. A questão do empoderamento passou a ser suscitada em ambientes como a mídia e o próprio Banco Mundial. O trabalho examina a história do uso da palavra empoderamento e aponta para a relevância da concepção de empoderamento coletivo defendida por feminista latino-americanas. Com base em tal modelo coletivista tece críticas a projetos de lei e políticas públicas propostos pelo Banco Mundial, que se sustentam em pressupostos individualistas. Conclui, então, que transformações sociais realmente profundas poderão ocorrer se feministas coletivistas aprenderem a trabalhar estrategicamente caminhos abertos pelo Banco Mundial de maneira a subverter sua ordem de funcionamento individualista.

**Palavras-chave:** Empoderamento; Banco Mundial; Alterações Legislativas; Políticas Públicas; Feminismos.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	O QUE É EMPODERAMENTO NA PERSPECTIVA DOS FEMINISMOS?.....	4
3	PERSPECTIVA FREIREANA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS SOBRE EMPODERAMENTO COLETIVO COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO.....	11
4	PERSPECTIVA DO BANCO MUNDIAL PARA O EMPODERAMENTO FEMININO: PROPOSTAS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO.....	18
5	CONTRAPONTO ENTRE O EMPODERAMENTO LIBERAL E O EMPODERAMENTO COLETIVO.....	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O EMPODERAMENTO COMO ALTERNATIVA EMANCIPATÓRIA PARA UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA.....	37
	REFERÊNCIAS.....	45

## INTRODUÇÃO

Os espaços de poder e deliberativos, apesar dos recentes avanços, ainda são majoritariamente ocupados por homens. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, os cargos gerenciais ocupados no Brasil em 2016 contavam com 60,9% de homens em detrimento de 39,1% dos cargos ocupados por mulheres; e em 2017, apenas 10,5% dos assentos da câmara dos deputados foram representados por mulheres.

A nível global, o último índice apontado do Brasil é um dos menores em comparação a outros países como Estados Unidos da América (19,4%), Canadá (26,3%) e Equador (38%). Notamos, no entanto, que a realidade mundial, de acordo com pesquisa realizada pela União Interparlamentar (*Inter-Parliamentary Union*)<sup>2</sup> aponta dados contundentes para a falta de equidade entre os gêneros em relação à ocupação de cargos nos poderes deliberativos. Dos países analisados, apenas Ruanda (61,3%) e Bolívia (53,1%) apresentam dados estatísticos de uma possível paridade entre gêneros com relação à proporção de parlamentares mulheres em exercício.

Dito isto, o presente trabalho busca se debruçar sobre a busca da igualdade desenvolvida ao longo dos anos por diversos setores através do empoderamento feminino.

De início, cumpre destacar, que o conceito de empoderamento é ambivalente e, em virtude de sua crescente disseminação, passou a receber diversas acepções. Sendo assim, no que tange a questão da luta por espaços deliberativos com maior equidade, é necessária cautela ao analisar como esta batalha é desenvolvida e protagonizada.

O trabalho busca desenvolver as questões pertinentes ao empoderamento feminino nos dias atuais, a importância das estratégias desenvolvidas para combater as desigualdades entre os gêneros e como é possível gerar novas realidades, com mais oportunidades de protagonismo para as mulheres, a partir das ações baseadas nos processos de empoderamento coletivo.

A problemática abordada ao longo do trabalho busca compreender e apresentar as conclusões a cerca da utilização do termo empoderamento pelos movimentos sociais e pelo Banco Mundial. Como cada setor aplica o vocábulo em suas dinâmicas internas e a

---

1 Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf).

2 Women in national parliaments. Disponível em <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif011217.htm>.

repercussão de suas ações na sociedade; explicar sobre as divergências dos conceitos de empoderamento coletivo e individual e seus reflexos diretos na luta pela igualdade entre os gêneros; como apresentar respostas transformadoras através da utilização de políticas embasadas no empoderamento.

A metodologia aplicada ao longo do presente trabalho é dividida entre:

- Pesquisa bibliográfica para realização do estudo da palavra empoderamento; aprofundamento analítico de trabalhos de Paulo Freire e das feministas latino-americanas.
- Pesquisa no site do Banco Mundial: no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2019 e 01 de junho de 2019 foi realizada pesquisa profunda sobre o termo empoderamento e encontramos relatórios que guiaram o trabalho. Principalmente os seguintes relatórios: *‘Women, Business and the Law 2019: a decade for reform’*, *‘Women Economic Empowerment Study’*; *‘Promoting Women’s Economic Empowerment What Works?’*; *“Sahel Women’s Empowerment and Demographics Project”*.

No capítulo 1 há uma exposição sobre o surgimento e disseminação do termo empoderamento ao longo dos anos e suas ambivalências entre a utilização e prática das feministas latino-americanas em contraste com a associação do Banco Mundial a ideia de desenvolvimento.

No capítulo 2 encontra-se a análise dos princípios freireanos que influenciam até hoje a prática do empoderamento coletivo desenvolvido pelo movimento das mulheres da América Latina como mecanismo para alcance da emancipação feminina de maneira coletiva.

O capítulo 3 é dedicado a apresentar as propostas de alterações legislativas e políticas públicas do Banco Mundial para promoção do desenvolvimento global através do empoderamento das mulheres bem como tecer críticas às estratégias aplicadas pela Instituição.

O capítulo 4 é a exposição da questão central desse trabalho: os contrapontos entre o empoderamento coletivo e o empoderamento liberal e como cada um consegue gerar impactos na vida das mulheres.

O capítulo 5 apresenta as considerações finais em que o assunto é arrematado e propomos uma solução aos contrapontos levantados no capítulo 4 sobre cada estratégia

adotada, levando em consideração a sistemática dos dias atuais e os posicionamentos adotados quando o assunto abordado é relativo à questão de gênero.

## 1. O que é empoderamento na perspectiva dos feminismos?

Conforme observado no próprio radical da palavra empoderamento, o poder é o tema central para qualquer tipo de conceituação. Ocorre, contudo, que as compreensões sobre o poder e fortalecimento vêm de movimentos e tradições bastante distintas. Em virtude disto, o vocábulo empoderamento é e foi apropriado e ressignificado constantemente por movimentos e grupos sociais diferentes.

Previamente, é importante ressaltar que a palavra surgiu da ‘prática’ e só depois foi teorizada e incorporada aos estudos linguísticos. Um exemplo concreto desta configuração se dá ao fato de que, até a presente data deste trabalho, os dicionários de português no Brasil ainda não apresentam qualquer tipo de definição para o conceito de empoderamento. O vocábulo vem sendo cada vez mais utilizado e propagado dentro dos movimentos sociais, porém sua acepção formal ainda é uma incógnita que merece cautela ao ser analisada.

O termo empoderamento vem da palavra de origem inglesa *empowerment* e foi cunhada primordialmente na década de 60 no *Civil Rights Movement* nos Estados Unidos. Com o advento deste movimento, fomentaram-se noções básicas de grupos de conscientização que desencadearam na 2ª onda feminista ocidental. Somente na década de 80 as feministas passaram a utilizar o termo efetivamente na sua prática.

Como dito anteriormente, nota-se que o termo empoderamento veio da práxis (SARDENBERG, 2006, p.1) para a teorização e na perspectiva desta última surgiu a problematização da prática: se por um lado as feministas utilizam o termo e abordam perspectivas sobre ‘poder’, por outro lado existe a apropriação do termo no discurso sobre ‘desenvolvimento’ e ‘empreendedorismo’, perdendo, neste ponto, muito das conotações mais radicais atribuídas pelas feministas e, assim, sendo visto com bastante desconfiança pelo movimento das mulheres.

Está desconfiança tem razão de ser, uma vez que, nos últimos anos, o termo empoderamento vem sendo utilizado indiscriminadamente e acumulando novos significados. É notório tanto no discurso acadêmico, quanto no de órgãos do Governo e não governamentais, o uso da expressão empoderamento de mulheres, principalmente no âmbito do gênero e do desenvolvimento. Até o Banco Mundial vem utilizando o

termo para expandir suas noções de distribuição social e tentativa de alcance da equidade social entre os gêneros.

Obviamente a concepção de empoderamento do Banco Mundial não é a mesma perspectiva adotada pelas feministas. Não estamos tratando de questões meramente teórico-metodológicas, mas sim de ordem política e social. Por isto que abordagem do tema torna-se um tanto quanto conflitante e ambivalente. Enquanto para o Banco Mundial o empoderamento das mulheres é canalizado como instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza e não é um fim em si próprio, para as feministas, o empoderamento é um processo de conquista da autonomia, da autodeterminação e da libertação das amarras do patriarcado; este processo é ao mesmo tempo instrumento e um fim em si próprio.

O empoderamento feminino está ligado, necessariamente, à libertação das mulheres da opressão de gênero, da opressão advinda do patriarcado. Não é cabido pautar o empoderamento apenas em termos de desigualdade de gênero, mas também das desigualdades de classe, raça e outras determinantes sociais entre as mulheres.

Para as feministas, latino-americanas principalmente, o objetivo maior do empoderamento é destruir o patriarcalismo vigente nas sociedades, além de assumirem o controle dos seus corpos e suas vidas. É possível correlacionar à concepção do Banco Mundial com a experiência liberal que foca no discurso do desenvolvimento, nos aspectos individuais, principalmente nos aspectos cognitivos, enquanto as feministas pautam suas trajetórias nas ações coletivas.

Na perspectiva liberal (SARDENBERG, 2009, p.20), o empoderamento assume um caráter individual, que tentaremos analisar como empoderamento individual/liberal. Este assume o sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal; ‘fazer as coisas por si próprio’ ‘ter sucesso sem ajuda dos outros’; prioriza os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio e desconhece (ou ignora) as estruturas de poder e as práticas cotidianas em grupo, como se estas últimas não fossem determinantes para a configuração do sistema de poder vigente na sociedade.

A origem no liberalismo também teve afirmação do feminismo liberal e igualdade de oportunidades para as mulheres. O liberalismo não é apenas associado com teoria

política centrada em noções de liberdade individual, direitos individuais, mas também assume o alinhamento com a economia neoclássica: privatização, diminuição do Estado e todas as consequências criticadas pelas feministas da América Latina. O modelo *mainstream* não era diretamente confrontado: apenas se questionava o fato das mulheres não terem se beneficiado dele. Na perspectiva de Nancy Fraser (2001, p.237), este tipo de questionamento retoma um remédio de caráter afirmativo incapaz de alterar a lógica patriarcal que vigora na sociedade mundial há gerações.

Alinhado a noção adotada e praticada pelas feministas da América Latina, temos o empoderamento coletivo. Esta acepção retratada como autoconfiança deve sempre se integrar em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Necessidade latente de alterar as estruturas sociais vigentes.

Dito isto, se faz necessário analisar os pontos convergentes nos feminismos sobre o que vem a ser o empoderamento como instrumento de emancipação feminina frente ao patriarcado. Existem divergências latentes, porém focaremos, neste momento, nas convergências e como elas contribuem para o estudo sobre o empoderamento.

De início, para se empoderar, as feministas acreditam que antes este alguém deve ser desempoderado, ou seja, estar numa condição de submissão onde não seja capaz de atuar por vontade própria. Além disso, outro ponto convergente é a noção de que ninguém tem o poder de empoderar outra pessoa: o processo de empoderamento é auto reflexivo, da pessoa por ela mesma; pode existir um facilitador externo capaz de auxiliar no desencadeamento do processo.

O empoderamento versa sobre a construção da autonomia do sujeito, este deve assumir o controle de sua vida. É importante ressaltar que, outra convergência entre os feminismos, é o de que não existe um estágio absoluto de empoderamento: trata-se de um processo contínuo e constante.

Existe concordância também na questão do poder enquanto ponto central para qualquer noção de empoderamento, contudo pensando 'poder' de maneiras distintas (SARDENBERG, 2009; MOSEDALE, 2005, p.249):

- Poder sobre - no caso de A tendo poder sobre B, passando a ideia de dominação, subordinação;

- Poder de dentro - se referindo à auto-confiança e à auto-estima;
- Poder para - trata-se do poder que é capaz de expandir os horizontes de conquista por uma pessoa, sem necessariamente invadir os limites do outro (por exemplo: aprender a ler);
- Poder com - espécie de poder solidário, compartilhado em ações coletivas.

As correntes feministas estão usando o termo empoderamento em detrimento do poder pelas mais diversas razões: foco nos oprimidos no lugar do foco nos opressores; ênfase na noção de ‘poder para’ ao invés de ‘poder sobre’; poder como algo que capacita e não como dominação de um sobre outro.

A ênfase na perspectiva de ‘poder com’ e ‘poder para’ rege a práxis dos feminismos de cunho coletivista. As mulheres envolvidas no processo passam a enxergar a perspectiva do poder não como dominação de um corpo sobre outro, mas de libertação de umas pelas outras.

Ressignificam todos os dias, através de sua luta por uma sociedade livre de opressões, as noções de poder: combatendo o ‘poder sobre’ e dando enfoque maior às noções de ‘poder de dentro’ (para resgate da autoestima feminina tolhida pelo patriarcado), ‘poder para’ (relativo à tomada de consciência sobre a necessidade de ser feminista) e ‘poder com’ (o qual reforça o empoderamento coletivo e a luta em conjunto das mulheres).

Cabe ainda explanar brevemente que as feministas latino-americanas não se sentiam confortáveis em discutir sobre poder, porque sempre pensavam na questão em termos do modelo de poder sobre (SARDENBERG, 2009; LEON, 2002, p. 30-31). Somente depois do Encontro Feminista Latino-americano realizado no México, em 1987, se reconheceu a importância das outras modalidades de poder e, desta maneira, de se falar sobre empoderamento para mulheres.

Conforme já dito anteriormente, não há consenso sobre o conceito de empoderamento. Na perspectiva dos feminismos, a conceituação se dá em virtude dos debates e críticas expostas pelas feministas do Terceiro Mundo. Para elas, a origem precípua do termo está ligada aos princípios de educação popular paulo freireanos sobre a ‘Pedagogia do Oprimido’. Ressaltam ainda a relevância da criação de mecanismos participativos para construção de democracias mais equitativas.

A articulação mais precisa e estratégica sobre o empoderamento dentro dos movimentos feministas e suas práticas se deu através da DAWN - Mudar, mais precisamente pelo livro 'Desenvolvimento, Crises, Visões Alternativas', de Gita Sen e Caren Grown, publicado em 1985 e entregue durante a II Conferência Mundial da Mulher em Nairobi (Quênia).

Neste livro, as autoras feministas versam sobre 'abordagem do empoderamento' das mulheres. Segundo elas, o empoderamento feminino implica necessariamente na transformação das estruturas de subordinação por meio de alterações radicais na legislação vigente, direitos de propriedade e diversas instituições que reforçam e reproduzem a dominação masculina sobre corpos femininos.

No que diz respeito às instituições e os centros de poder responsáveis pela manutenção da sociedade, é notório que a equidade de gênero ainda é uma realidade distante.

Pela falta de representatividade dentro destas engrenagens que movem o sistema, não há como o centro de poder reconhecer a necessidade de políticas públicas eficazes e capazes de dirimir as distinções de gênero.

Além desta questão de falta de mulheres que repensem as políticas públicas e a legislação vigente, é mais recorrente que a classe feminina seja enxergada meramente como beneficiária dos esforços estatais e não seja vista como agente capaz de contribuir na construção de um horizonte mais equitativo entre os gêneros.

A propagação das noções de empoderamento coletivo dos movimentos sociais e das feministas latino americanas é confrontado pela utilização do empoderamento individual que diz respeito à perspectiva mais liberal e que ignora a construção coletiva e os debates para elaboração de novas agendas públicas que busquem sanar as problemáticas cotidianas das mulheres.

O empoderamento é o mecanismo através do qual as pessoas, as comunidades, tomam o controle dos seus assuntos, das questões relativas às suas vidas e seus destinos, retomam a consciência sobre suas capacidade de produzir e agir autonomamente (COSTA, 2008, p.44). Sem intermédio de um mandante que enxergue esta comunidade como mera beneficiária do Estado.

A palavra poder, presente no radical da palavra empoderamento, perpassa a questão do ‘controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia’ (SARDENBERG, 2009; BATLIWALA, 1994, p.129). Seguindo esta linha, o poder de decidir vem do controle sobre recursos que estão, em grande parte, sob controle dos homens. Ocorre, no entanto, que as mulheres nunca foram totalmente desempoderadas.

De acordo com Batliwala, o termo empoderamento se refere a um amplo espectro de atividades, da assertividade individual até à própria resistência, mobilização e protesto coletivos que são capazes de questionar as bases das relações de poder. O acesso aos recursos de poder estão determinados pela classe, raça e gênero, o empoderamento se inicia quando eles não são capazes de reconhecer as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de alterar as relações de poder que estão vigentes.

O processo de empoderamento tem como escopos principais: questionar a ideologia patriarcal imposta; transformar as estruturas e instituições que atuam reforçando a perpetuando a discriminação de gênero e as desigualdades sociais; criação de condições para que as mulheres de baixa renda tenham acesso - e controle sobre - recursos materiais e de informação.

Na perspectiva de Nelly Stromquist (SARDENBERG, 2009; STROMQUIST p.232), o empoderamento consiste em quatro dimensões: cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de organização e mobilização) e a econômica (capacidade de gerar renda de forma independente). Tudo isto é relevante, pois o empoderamento não deve se direcionar para apenas uma das estruturas e ignorar as demais.

A cognitiva diz respeito à compreensão que as mulheres possuem de sua subordinação bem como as causas para tal nos níveis micro e macro da nossa sociedade. A dimensão cognitiva inclui uma nova relação com as questões relativas a gênero, sexualidade, direitos legais e dinâmicas conjugais.

A dimensão psicológica está relacionada ao desenvolvimento do sentimento e consciência de que as mulheres podem agir enquanto sujeitas autônomas em busca de seus direitos dentro da sociedade. Tal dimensão trabalha bastante com a perspectiva de melhoramento da auto-imagem feminina, auto-estima e autoconfiança.

Já a dimensão política pressupõe a habilidade de análise, em termos políticos e sociais, do meio no qual as mulheres estão inseridas e a capacidade de organização feminina e a promoção coletiva de mudanças estruturais. Desde o micro, com a disseminação das ideias de empoderamento na dimensão psicológica, até o macro com a representatividade e desmonte da lógica patriarcal.

Por último, temos a dimensão econômica que é relativa à independência financeira das mulheres e tal dimensão dialoga fortemente com a dimensão psicológica. O domínio sobre a própria renda e empreendimentos é fundamental no âmbito da libertação feminina, porém, muitas vezes, é utilizada para justificar o empoderamento liberal/individual pregado por instituições como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU, 2016). Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, buscamos analisar como estas instituições estão pautando suas ações sobre empoderamento e seus reflexos na vida das mulheres.

O empoderamento pode, ainda, ser compreendido como o processo pelo qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isto era antes impossível/proibido/negado às mulheres (SARDENBERG, 2009; KABEER, 2005).

O empoderamento feminino traz à baila também a perda de privilégio concedido aos homens pelo patriarcado. Implica, necessariamente, em conflito, tendo em vista de que é muito mais confortável para a classe masculina continuar oprimindo e controlando os corpos femininos, do que sair de sua zona de conforto e buscar um horizonte mais equitativo.

O primeiro passo para o processo do empoderamento é a tomada de consciência da situação de opressão do poder do patriarcado sobre as mulheres. Este processo deve ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente; as mulheres precisam se convencer de que possuem direitos à igualdade, dignidade e justiça na sociedade.

Este não é um processo individual: as mudanças não acontecerão sem as ações coletivas, sem os facilitadores e facilitadoras. Ressaltando sempre que este processo externo não faz do facilitador o responsável pelo empoderamento de outrem: o empoderamento coletivo atua como mola propulsora para que as mulheres se

reconheçam enquanto sujeitas que possuem direitos, resgatem sua autonomia e se libertem das opressões conjuntamente.

Com o suporte do grupo ou de uma facilitadora, as mulheres podem desenvolver consciência crítica e se mobilizar coletivamente para ação de desmonte ao patriarcado. A espiral do empoderamento afeta a todos: tanto o indivíduo, quanto à facilitadora, quanto o coletivo e a comunidade.

## **2. Perspectiva freireana e dos movimentos sociais sobre empoderamento coletivo como forma de emancipação**

As noções sobre empoderamento confrontadas neste trabalho irão se direcionar as perspectivas freireanas, adotadas pelas feministas latino americanas, de empoderamento coletivo e a perspectiva liberal adotada até hoje pelo Banco Mundial e sua maneira de propor políticas públicas e alterações nas legislações.

De início, cabe pontuar a grande contribuição do educador Paulo Freire e dos seus estudos para a prática e reflexão dos movimentos feministas latino-americanos. Ao contrário do que muito se é difundido, Paulo Freire não foi o autor responsável por cunhar a expressão ‘empoderamento’, literalmente, na práxis e na teorização no âmbito brasileiro. Em toda a sua obra, o termo aportuguesado não é mencionado. Em ‘Medo e Ousadia’ cunhou a expressão inglesa - *empowerment* - para apresentar suas perspectivas (ROSO; ROMANINI, 2014, p.87), porém o autor trabalha constantemente com as perspectivas de poder, conscientização das massas oprimidas, resistência e transformação.

Apesar disto, as ideias freireanas merecem atenção e são adotadas até hoje na práxis feminista latino-americana por um motivo: os ensinamentos sobre educação popular e rompimento com o ensino bancário servem como mola propulsora para tratar as questões relativas ao empoderamento coletivo e a transformação da sociedade.

Primordialmente é necessário apontar, conforme as ideias de Paulo Freire, que o receio dos oprimidos pela libertação se reflete em virtude destes serem desempoderados e não conhecerem uma realidade na qual possuem liberdade de fato. Em outras palavras: temem o desconhecido de sua própria libertação (FREIRE, 1987, p.17).

Ocorre, contudo, que as mulheres estão inseridas no polo passivo das relações de poder há bastante tempo. Ao longo dos anos, os movimentos das mulheres foram despertando e disseminando suas perspectivas para outras, demonstrando que as suas vozes não tinham vez dentro dos espaços deliberativos. Desta maneira, a construção da consciência sobre a necessidade de emancipação, nos feminismos, é pautada de maneira coletiva.

Como explicitado anteriormente, o empoderamento coletivo compreende a perspectiva de que o polo desempoderado das relações de poder passa a tomar consciência da sua posição e reivindicar igualdade perante o desequilíbrio de forças. Este é um processo que envolve o resgate da autoestima feminina e a noção de ‘poder para’ destrinchado por Sarah Mosedale.

Concomitante com este resgate, os movimentos das mulheres servem como impulso para, através do diálogo e da horizontalidade, mostrar para outras mulheres que o mundo não deve ser dominado por homens e que nenhuma pessoa do sexo feminino deve ser menos livre do que alguém do sexo masculino.

É válido ressaltar ainda, que todo este processo é protagonizado pela mulher e o seu empoderamento é particular. A partir do momento de tomada de consciência, ela pode atuar coletivamente para auxiliar no empoderamento de outras mulheres que ainda não se reconhecem ou acreditam que possuem uma posição de inferioridade em relação ao masculino por algum motivo justificável. Nesta perspectiva, é de suma importância resgatar que boa parte dos movimentos latino-americanos retomam aos ensinamentos freireanos e compreendem que sua missão precípua é construir coletivamente uma nova sociedade mais igualitária e sem tolher as vozes mais novas no movimento.

Apesar de este ser um trabalho teórico que se propõe a sistematizar e registrar algumas questões relativas ao empoderamento, na seara dos movimentos feministas, o empoderamento é um processo que vem da prática. Dito isto, através da leitura e reflexões de outras feministas como Angela Davis, Djamila Ribeiro, Nancy Fraser e Cecília Sardenberg, é possível notar que, mesmo com pontos divergentes, a mudança na vida em sociedade deve ser estrutural, deve romper com a imposição do patriarcado e buscar a libertação de todos.

Todos, pois, vale a breve adendo que o modelo de sociedade patriarcal aprisiona tanto homens quanto mulheres para que desempenhem funções preestabelecidas. Ressaltamos, por óbvio, que a carga nos ombros femininos é muito maior em virtude de estes estarem delegados sempre a posição de passividade submissão.

Toda a luta e processo de empoderamento devem ser protagonizados pelo gênero oprimido. No caso em perspectiva, as mulheres devem ter espaço para expor seus objetivos, suas ideias e anseios. A luta por direitos dentro da sociedade não deve ser realizada para o gênero feminino através de líderes, mas com toda classe feminina para que, coletivamente, elas sejam capazes de galgar seu espaço e direitos.

Apesar da colocação simplória, todo este processo é bastante complexo, pois envolve uma série de perspectivas sobre o mundo e sobre anseios distintos. Por exemplo, o anseio de utilizar qualquer vestimenta de uma mulher branca, não é o mesmo anseio de uma mulher preta que sempre teve seu corpo hiperssexualizado por todos os setores da sociedade. O feminismo interseccional busca dirimir e encontrar pontos convergentes dentro das lutas feministas, porém com consciência de que se trata de um trabalho árduo e constante.

Faz-se necessário, portanto, que os movimentos feministas tenham bastante cautela para que não incorram no erro histórico de, ao assumirem consciência, apresentar-se como líderes nas frentes de luta por emancipação e acabarem voltando aos velhos padrões de imposição do poder sobre outros corpos. O resultado disto: mudam-se as peças do jogo, mas as regras da opressão seguem intactas e em pleno vigor.

O poder opera em todos os níveis da sociedade: do pessoal até o nível estatal (COSTA, 2000, p.20) e em virtude dele, notamos as configurações das relações interpessoais do micro ao macro. Historicamente, nos vemos na posição de inferioridade, submissão e subserviência ao masculino. Este controle dos corpos femininos foi e é realizado através da violência masculina para conter os anseios de emancipação das mulheres.

Tais violências operam com força e perspicácia para cada tipo de mulher: se branca e hétero, tem privação sobre sua sexualidade; se negra, não é vista como alguém com a qual os homens devem se relacionar; se lésbica, sofre preconceito diariamente por não estar disposta a se relacionar amorosamente com outro homem e assim sucessivamente.

Todo o sistema consegue operar, mesmo com as múltiplas diferenças entre as mulheres, para controlar cada corpo de uma maneira tão significativa que, até hoje, muitas de nós ainda acreditam na naturalidade da classe masculina no polo ativo das relações de poder.

Por todo este contexto, que os movimentos feministas possuem a missão de desconstruir e transformar a lógica machista numa perspectiva transformadora e de emancipação feminina. O processo de empoderamento é crucial e uma pré-condição (LISBOA, 2008, p.5) para obtenção de igualdade entre os gêneros na sociedade e o rompimento estrutural da dominação masculina. Mesmo com as divergências dentro dos feminismos, o empoderamento e suas ambivalências, ainda é tido como um meio possível para libertação feminina.

Na perspectiva de Angela Davis, o processo de empoderamento, ocupação dos espaços deliberativos e representatividade são muito importantes, principalmente para as mulheres negras, tendo em vista que estas se encontram majoritariamente excluídas destes espaços e não se enxergam neles. Acontece, contudo, que esta importância não deve significar a incompreensão dos limites impostos pelo patriarcalismo. É de suma importância que, ao ocupar estes espaços de poder, os movimentos feministas e suas líderes estejam comprometidas em romper com as lógicas machistas e opressoras (DAVIS; RIBEIRO, 2016).

Voltando um pouco na linha temporal, a conquista dos Direitos Civis na década de 30 não foi o suficiente, tendo em vista que as mulheres notaram que a garantia legal dos direitos não abarcava todas as suas necessidades latentes (COSTA, 2000). Além do fato de que a representatividade e falta de autonomia feminina, fez com que os movimentos feministas olhassem com desconfiança para a atuação estatal promovida pelos homens que a aprisionaram durante anos e que não estavam dispostos a abrir mão dos seus privilégios em detrimento da liberdade e dos direitos femininos.

O trabalho de Davis ainda é capaz de se debruçar minuciosamente sobre o trabalho doméstico silencioso e como isto influencia fortemente no processo de dominação dos corpos femininos. Não é de hoje que este tipo de controle nas atividades exercidas pelas mulheres reflete fortemente na dinâmica das relações de poder e sua consequente submissão aos homens.

O sentimento de insatisfação não é recente entre as mulheres que lutaram e lutam por seus direitos e por uma sociedade mais justa (DAVIS, 2016, p.108), porém nos últimos anos notamos a crescente dos movimentos feministas e suas reivindicações ganhando relevância do micro ao macro.

Atualmente ainda ocorre de mulheres em espaços deliberativos continuarem oprimindo outras, pois, apesar de terem consciência da discrepância entre os sexos, ao assumir o poder acabam reproduzindo uma série de pensamentos e condutas de cunho machista e sem ímpeto de gerar nenhuma mudança estrutural na sociedade com outras mulheres lhes auxiliando e construindo um novo horizonte.

Pautando a perspectiva de Paulo Freire, o autor em uma de suas obras mais conhecidas, 'Pedagogia do Oprimido' explicou sobre o medo da liberdade que a classe oprimida sente e, em virtude deste medo, acabam sentindo anseio por um dia se tornarem opressores - pois está é a única forma de liberdade que a classe conhece - ou aceitar passivamente a subjugação (FREIRE, 1979). As mulheres historicamente foram relegadas aos locais de submissão ao masculino e, desta maneira, não conhecem sua liberdade, não acreditam que são capazes de assumir o risco de assumir o poder e tomarem as rédeas de suas próprias vidas.

Para a superação deste bloqueio, é preciso que as mulheres resgatem sua autoestima (LISBOA, 2000), se reconheçam enquanto sujeitas autônomas, com direitos e não como meras beneficiárias das políticas pensadas de homens para homens. A partir deste momento, a mulher desempoderada passará a se reconhecer, protagonizará seu processo de empoderamento e utilizará sua consciência para, juntamente com outras mulheres, buscar a emancipação coletivamente.

À medida que os movimentos feministas crescem e batalham por uma sociedade livre de machismo e do patriarcado, mais estes movimentos notam a necessidade urgente de alterar a estrutura vigente de maneira transformadora. O empoderamento coletivo é transformador, pois rompe com uma série de lógicas impostas ao longo dos anos aos corpos femininos.

Não é aconselhável, contudo, que os feminismos no meio de suas vicissitudes passem a querer adotar algum tipo de cartilha obtusa onde eles dizem o que cada mulher deve querer. Cabe aos feminismos estarem atentos e prontos para dialogar com as

mulheres, escutar suas demandas e construir espaços emancipadores coletivamente. O diálogo e o protagonismo podem ser tidos como a chave para o empoderamento e emancipação verdadeira de toda a sociedade.

Na visão freireana, a posição proibitiva e opressora do gênero masculino com as mulheres serve para que estas respondam com resistência e anseiem constantemente pelo seu direito de serem autônomas e terem espaços na elaboração e execução das políticas públicas voltadas em prol da equidade social. Para os homens que se servem diariamente dos privilégios do patriarcado eles são eles e as mulheres são coisas: seres inferiores e incapazes de protagonizarem suas próprias histórias.

Pelo fato dos homens se enxergarem como protagonistas e historicamente submeterem às mulheres ao papel de coadjuvantes, a montagem deste cenário se deu fundamentalmente com a violência. Violência que até os dias atuais é capaz de ditar como determinados corpos devem agir para não sucumbirem e sobreviverem dentro do sistema patriarcal em vigência.

Não importa para este sistema se as mulheres não têm protagonismo e muito menos seus direitos respeitados: contanto que os homens estejam no polo ativo das relações de poder que regem a sociedade, todo sofrimento feminino é justificável e é o preço a se pagar para manutenção do machismo. Como estamos falando ao longo deste trabalho, o processo de empoderamento coletivo deve ser protagonizado pelo polo oprimido, ou seja, as próprias mulheres.

Na práxis dos feminismos e no diálogo freireano, é preciso que a libertação e o empoderamento sejam pautados através da humanização das mulheres, que elas sejam reconhecidas enquanto sujeitas de direitos e não meras beneficiárias do Estado. A humanização e o diálogo dos feminismos são fortes ferramentas para transformar e subverter a ordem patriarcal e sua série de violências físicas e simbólicas contra os corpos femininos.

Na realidade, pessoas do gênero masculino possuem receio do empoderamento coletivo das mulheres, pois é com este tipo de conduta que elas se reconhecem enquanto sujeitas autônomas e independentes dos homens. Em virtude disto, atualmente as demandas feministas ganharam força e estão sendo mais aceitas pela população e até a grande mídia (HAMLIN; PETERS, 2017) fala um pouco mais sobre determinados

assuntos como feminicídio e desigualdade salarial, mas, apesar disso, as mulheres ainda encaram limitações no seu agir perante a sociedade.

É como se a demanda dos feminismos chegasse num ponto insustentável e o sistema passa a dizer que elas serão repensadas, porém o mesmo sistema patriarcal impõe uma série de limitações para que as mulheres não sejam capazes de alcançar suas autonomias. Até a geração mais nova e criada com visões de mundo mais progressistas ainda precisam lidar com a imposição de que mulheres podem ter ambição, mas nunca tanto quanto um homem tem (ADICHIE, 2014, p.30). Com este tipo de conduta, o sistema vai tolhendo a atuação feminina e perpetuando nas gerações futuras a baixa

Um dos grandes percalços enfrentados pelos feminismos nos dias atuais é a falta de diálogo entre si e a perspectiva negativa de que a discordância não pode ser capaz de gerar debates e convergências na luta. Saber ouvir, ter sororidade e resistir é fundamental para combater a cultura machista vigente na sociedade.

Um exemplo de diálogo sobre inclusão e feminismos se deu entre Judith Butler e Angela Davis (DAVIS e BUTLER, 2017). Apesar das feministas possuírem diferenças no agir estratégico do desmonte ao sistema vigente, ambas conseguem dialogar e encontrar pontos convergentes que podem ser pensados em conjunto.

Para o resgate da autoestima feminina, vale ressaltar que as mulheres se libertam em comunhão: nenhuma é capaz de ser libertada por outra, nem de se libertar sozinha. Está é uma perspectiva freireana sobre pedagogia, mas que cabe perfeitamente no processo de busca pela emancipação e liberdade dos corpos das mulheres.

É preciso sempre ter em mente que o convencimento de uma mulher de que ela deve lutar pela sua libertação e empoderamento não é uma doação da liderança revolucionária de alguma vertente feminista, mas resultado da conscientização. Como dissemos: a liderança pode atuar como facilitadora, mas nunca como responsável direto ou protagonista do processo de empoderamento.

A luta pela reconstrução de uma sociedade livre do machismo e do patriarcado se inicia no auto-conhecimento das mulheres que há muito foram desempoderadas e ficaram no polo submisso das relações de poder que regem a estrutura de poder vigente.

Adotando a perspectiva freireana, o processo de empoderamento não deve ser tido como um instrumento onde só as líderes dos movimentos feministas têm voz: a líder deve ser ao mesmo tempo locutora e ouvinte do processo e deve estar sempre aberta a construção coletiva com outras mulheres. Desta maneira é possível exercer algum tipo de poder transformador de fato no processo de empoderamento: através do diálogo e do protagonismo.

### **3. Perspectiva do Banco Mundial sobre empoderamento feminino: propostas e ações para o desenvolvimento**

Realizada a explanação do capítulo 02 sobre empoderamento coletivo e a perspectiva freireana, passamos agora a análise sobre empoderamento a luz das ações do Banco Mundial. De início, é importante destacar que este trabalho debruçou-se sobre os arquivos, reportagens e artigos disponíveis no site do Banco Mundial e resta notório o quanto a Instituição associa o empoderamento feminino ao desenvolvimento e prosperidade econômica global.

No período de 01 de fevereiro de 2019 até o dia 01 de junho de 2019, realizamos a pesquisa no site do Banco Mundial em busca de fontes e relatórios capazes de embasar de maneira fática as questões a aplicação do empoderamento nas políticas da Instituição. Ao longo dos 4 (quatro) meses buscamos sintetizar no presente trabalho as conclusões desprendidas dos dados que constam na plataforma digital do World Bank sobre sua compreensão sobre empoderamento e como esta é utilizada para nortear os investimentos do Banco Mundial para promoção da igualdade entre gêneros.

De início, cabe pontuar a função do Banco Mundial e seus objetivos no contexto atual da globalização. De acordo com o site institucional, contando com 189 países membros, o Grupo Banco Mundial trabalha para apresentar soluções sustentáveis que reduzem a pobreza e constroem prosperidade compartilhada para países em desenvolvimento.<sup>3</sup> Desta maneira, ao longo dos anos, o Grupo, através de cinco instituições, tem buscado fomentar o investimento financeiro para erradicar a pobreza utilizando a política de incentivo ao empoderamento como uma de suas estratégias.

Neste sentido, a busca pelo termo *'empowerment'* no acervo digital do Banco Mundial apresenta uma vasta gama de resultados sobre ações e propostas sobre a

---

<sup>3</sup> <http://www.worldbank.org/en/who-we-are>

capacitação das mulheres para que estas passem a integrar a economia de um determinado local e contribuam para o desenvolvimento do mesmo.

Curiosamente, falando em termos quantitativos, quando pesquisamos no dia 11 de março de 2019 o termo *'empowerment'* unicamente, o site direciona o visitante a mais de 128.000 resultados possíveis e, à medida que estes resultados são filtrados, a maioria aponta para as ações de capacitação e *workshops* desenvolvidos pelo Banco Mundial no Iraque, Costa do Marfim, Nigéria e países onde os regimes políticos tendem ao autoritarismo.

Ao refinar a pesquisa e buscarmos, no mesmo dia, *'empowerment women latin america'*, foco deste trabalho, o resultado cai drasticamente para apenas 28 links com artigos e notícias sobre as ações do Banco Mundial nos países da América Latina. Estes dados merecem atenção tendo em vista a análise que será feita neste trabalho sobre como o Banco Mundial compreende o termo empoderamento, como este pauta suas ações estrategicamente e seus direcionamentos para políticas públicas e alterações legislativas pertinentes às questões de desigualdade entre os gêneros.

Conforme observado, o Banco Mundial tende a associar e reproduzir o termo empoderamento como ação capaz de provocar desenvolvimento, suprir desigualdades e garantir emancipação feminina através do empreendedorismo.

No documento intitulado *"Women, Business and the Law 2019: A Decade of Reform"*, foi apresentado o resultado da pesquisa (WORLD BANK GROUP, 2019) sobre como os entraves apresentados na inserção das mulheres no mercado de trabalho podem ser mudados através de alterações legislativas. Além disso, a pesquisa aponta seis países (Bélgica, Dinamarca, França, Letônia, Luxemburgo e Suécia) que, ao garantirem equidade entre os gêneros na economia através de novas legislações, de acordo com os oito indicadores propostos pelo estudo, apresentam estabilidade e desenvolvimento econômico. No que tange a questão do empoderamento, eis o que a pesquisa apresenta:

O índice 'Mulheres, Empresas e o Direito' está baseado em associações estaticamente significativas com resultados relacionados com o empoderamento econômico das mulheres, em particular, com a participação delas na força de trabalho como também com outros resultados de seus interesses.<sup>4</sup>

---

4 The Women, Business and the Law index is based on statistically significant associations with outcomes related to women's economic empowerment, in particular with women's labor force participation as well as with other outcomes of interest.

Neste sentido, notamos que existe a latente associação à questão do empoderamento feminino com a possibilidade das mulheres estarem inseridas no progresso econômico de determinada localidade. Para isto, o estudo ora analisado buscou mapear, através dos oito indicadores, como as leis de cada país afetam a vida das mulheres em toda a sua trajetória.

- **Going Places**: examina constrangimentos a liberdade de movimento das mulheres;
- **Starting a job**: analisa as leis que afetam as decisões das mulheres antes de adentrar no mercado de trabalho;
- **Getting paid**: mede as leis e regulamentos que afetam o salário das mulheres;
- **Getting married**: avalia restrições legais ao casamento;
- **Having Children**: examina leis que afetam o trabalho das mulheres depois que elas têm filhos;
- **Running a business**: analisa as restrições para mulheres que iniciam e administram empresas.
- **Managing Assets**: considera as diferenças entre os gêneros nas questões relativas à propriedade e herança;
- **Getting a Pension**: Avalia as leis que afetam o tamanho da pensão de uma mulher.

Após a análise detalhada de 187 países, de acordo com os oito indicadores, o estudo apresenta seus resultados e conclusões acerca de como as legislações e políticas públicas de cada localidade influenciam diretamente no empoderamento econômico e empreendedorismo das mulheres.

A pesquisa relata ainda que há certos gatilhos para reformas que beneficiam diretamente a igualdade entre os gêneros (WORLD BANK, 2019). Um deles é o exercício da advocacia por grupos de mulheres associadas com litígios de interesse público; Outro gatilho para reformas é, de acordo com a pesquisa, o apoio de organizações internacionais ao desenvolvimento do empoderamento econômico de mulheres.

Estes catalisadores são bastante semelhantes aos processos de reformas em outras áreas, como o ambiente de negócios, onde as modificações são, em sua maioria, dirigidas por grupos eleitorais internos ou incentivadas por agências internacionais.

Em outras palavras, o estudo se propôs a trazer novas visões sobre como o emprego e o empreendedorismo das mulheres é afetado pela discriminação legal de gênero (WORLD BANK, 2019, p.21) e, conseqüentemente, como estes fatores afetam os resultados econômicos, influenciando, principalmente, a participação das mulheres no mercado de trabalho. A pesquisa demonstra saldo positivo nos últimos dez anos em relação ao empoderamento econômico das mulheres e maior equilíbrio entre os gêneros na economia de boa parte dos países ocidentais; porém apresenta preocupação em relação ao pouco avanço de países como o Iraque que não demonstram desenvolvimento de novas legislações para maior inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Como proposta, o estudo versa sobre a necessidade de intervenção de organizações internacionais nos países que ainda não apresentam avanços nas questões relativas ao empoderamento econômico feminino e incentivo ao empreendedorismo das mulheres. Sendo assim, baseada nos dados apresentados no relatório '*Womens, Business and the Law*' a Instituição tende a direcionar suas ações para países que apresentaram pontuações baixas na pesquisa.

O objetivo é a promoção de desenvolvimento através da maior atenção do Banco Mundial ao direcionar seus investimentos de mão de obra e capital para estes países. Esta é uma das justificativas do *World Bank* para realizar intervenções monetárias em países não-ocidentais como Iraque, Costa do Marfim e na região do Sahel: são localidades onde, de acordo com o relatório, há pouco desenvolvimento de políticas públicas e alterações legislativas em busca da igualdade entre os gêneros.

Ocorre, contudo, que a resposta apresentada pela pesquisa merece certa cautela ao ser analisada. Os países não-ocidentais apresentam uma dinâmica cultural divergente da dos países ocidentais, sendo assim, até que ponto a intervenção externa seria realmente efetiva para garantir o desenvolvimento da localidade? Além disso, o investimento exercido pelas organizações internacionais, como o Banco Mundial, serviria para progresso econômico da região ou imposição de modelos ocidentais? Existem diversas particularidades sociais que cabem análise antes de se pautar políticas de alterações legislativas estimuladas por agentes externos.

Analisando a perspectiva empreendedora do Banco Mundial associada às ações de empoderamento feminino, esta tende a assumir um caráter vertical no qual as mulheres são lidas como o polo hipossuficiente da relação de poder que devem ser tuteladas e, desta maneira, incluídas no processo de desenvolvimento. Neste sentido, o Banco Mundial estabelece as balizas ao empoderamento feminino: as mulheres podem e devem ser capacitadas, contudo, precisam obedecer às diretrizes do empoderamento liberal e a troca de experiências somente passa a ser estimulada quando há interesse de que o conhecimento das estratégias desenvolvidas em países ocidentais sejam aplicadas sumariamente em países não-ocidentais.

Atualmente a Instituição está desenvolvendo o projeto “*Sahel Women's Empowerment and Demographics Project*” de capacitação, empoderamento e controle demográfico das mulheres da região do Sahel (WORLD BANK, 2014). De acordo com os dados apresentados, o foco principal das ações visa conscientizar a população feminina sobre seus direitos, sobre saúde reprodutiva e sobre independência. Antes de propor uma nova legislação capaz de garantir a equidade entre os gêneros, faz-se, de acordo com o projeto, necessário o conhecimento a cerca do que já está vigente.

Nesta perspectiva, países como Senegal firmaram parcerias entre as juristas senegalesas e o Banco Mundial para promover oficinas e capacitações com o objetivo de realizar a conscientização de meninas e mulheres. Desta maneira, estariam desencadeando o processo de empoderamento capaz de modificar a realidade das mulheres desta região. O projeto está orçado em 172,20 milhões de dólares de investimento e previsto para ser finalizado no ano de 2023. A ação buscará, através do empoderamento feminino, estabelecer o controle demográfico da região e garantir os direitos reprodutivos, de trabalho e saúde das mulheres.

A partir deste projeto, cabem algumas pontuações necessárias sobre a atuação do Banco Mundial. De fato, o financiamento é de suma importância para desenvolvimento de atividades que permitam o empoderamento e conscientização das mulheres da região de Sahel. Acontece, no entanto, que a partir dos dados analisados, mesmo com as parcerias firmadas entre a organização internacional e as redes de apoio locais, a instituição financeira se coloca como protagonista do processo de desenvolvimento (WORLD BANK, 2019).

Isto tende a ser problemático em virtude da falta de autonomia feminina, pois uma vez que o financiamento é realizado, o processo de empoderamento é regido conforme as diretrizes do que o Banco Mundial compreende sobre empoderamento. Um exemplo disto é que no projeto de desenvolvimento econômico sustentável e produção de Capital Humano, a Instituição Financeira acredita na possibilidade de direcionar suas ações a fim de instruir a população feminina sobre planejamento familiar e empoderamento econômico.

Até que ponto este tipo de ação traz efetividade e subversão da lógica patriarcal se acontecer dissociada da conscientização masculina sobre o dever de também participar do planejamento familiar? De compreender que corpos femininos não são mero acessórios para o deleite masculino? Por que o Banco Mundial ainda se coloca enquanto protagonista de histórias que não são suas? Estes são alguns dos questionamentos que cabem serem feitos sobre a atuação da Instituição Financeira.

Neste sentido, notamos a convergência das ações do Banco Mundial e a perspectiva do *Liberal Empowerment* (SARDENBERG, 2009, p.22) em que o empoderamento feminino é tido como instrumento de desenvolvimento de prioridades: seja tentando erradicar a pobreza ou construindo democracias. Conforme análise dos dados contidos no site da Instituição<sup>5</sup> notamos a predominância de capacitações e *workshops* alinhados ao empoderamento liberal.

De acordo com matéria publicada <sup>6</sup> no final de 2018, por Annette Dixon, vice presidente de Desenvolvimento Humano do *World Bank*, para construção do Capital Humano é imprescindível que os países invistam seu tempo e dinheiro no empoderamento feminino. Este tipo de colocação reforça a perspectiva de que o interesse no processo empoderador das mulheres é para que ele exerça um determinado fim. A inversão de prioridades, colocando o desenvolvimento capitalista a frente da autonomia feminina muda consideravelmente à ordem sobre como a problemática deve ser enfrentada.

O foco apresentado nas ações do Banco Mundial é em questões técnicas e instrumentais, as quais podem ser ensinadas às mulheres. A grande questão: tal abordagem traz o pressuposto de que a problemática de exclusão feminina pode ser

---

5 <https://www.worldbank.org>

6 <https://blogs.worldbank.org/african/to-build-human-capital-prioritize-womens-empowerment>

solucionada com capacitação das mulheres, inserção delas nas estruturas de desenvolvimento, porém o modelo *mainstream* de poder continua intacto.

A título exemplificativo: o Banco Mundial desenvolveu em 2015 a plataforma chamada “*Global Financing Facility*” cujo objetivo é facilitar o investimento em países não-ocidentais de economia subdesenvolvida. Este investimento financeiro externo intermediado pelo *World Bank* visa contribuir para o desenvolvimento da saúde e educação de crianças, jovens e mulheres. A Instituição fala ainda sobre parcerias com os governos locais, porém não há menção a inserção das mulheres nos espaços deliberativos. Também não ficam claras as intenções dos países ocidentais de prestarem apoio financeiro sem nenhum tipo de retorno direto, além da possibilidade de exercer certa influência nestas localidades.

É o reforço à estrutura sem criticá-la ou repensá-la e o apontamento de que só existem desigualdades entre os gêneros em virtude das mulheres não se beneficiarem dos privilégios de reforço às desigualdades seja de raça, gênero ou classe.

Cabe pontuar, entretanto, a importância significativa das ações do Banco Mundial e seus reflexos positivos na vida de dezenas de milhares de mulheres ao redor do mundo. Não é o intuito de o presente trabalho tecer a crítica pela crítica e desmerecer o impacto positivo de exemplos como o da Professora brasileira Elizete Viana que combate a exploração sexual de meninas no interior de Tocantins, reforça a importância dos estudos e tem o projeto educacional financiado pelo Banco Mundial<sup>7</sup>; Ou então os *workshops* sobre empreendedorismo que auxiliam mulheres a buscarem estratégias de produção em meio ao desemprego em massa durante a crise<sup>8</sup>; ou ainda o desenvolvimento de projetos sobre empoderamento feminino onde meninas e mulheres passem a conhecer os seus direitos e compreender que estes devem ser cumpridos pelo Estado<sup>9</sup>; Nenhuma destas ações e seus desdobramentos são apontados como negativos, porém é necessária cautela e atenção para os pontos que serão elencados a seguir.

Ao analisar a maneira que estas ações são realizadas, resta notório o alto grau de verticalidade e a pouca abertura para o diálogo e escuta sobre as vivências femininas e suas perspectivas referentes à sua própria emancipação. O Banco Mundial adota a

---

7 [www.worldbank.org/pt/news/feature/2018/03/08/brazil-school-director-against-girls-dropout-education](http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2018/03/08/brazil-school-director-against-girls-dropout-education)

8 [www.worldbank.org/en/events/2018/12/05/mashreq-conference-on-womens-economic-empowerment](http://www.worldbank.org/en/events/2018/12/05/mashreq-conference-on-womens-economic-empowerment)

9 [www.worldbank.org/en/events/2018/09/10/measuring-economic-empowerment-from-innovation-to-action](http://www.worldbank.org/en/events/2018/09/10/measuring-economic-empowerment-from-innovation-to-action)

posição de trabalhar com o empoderamento através de doutrina: as atividades são estudadas e aplicadas de acordo com o que a Instituição julga ser mais adequado para o desenvolvimento de cada lugar. Este posicionamento reflete a perspectiva de empoderamento liberal e mitiga o diálogo com as mulheres que são, em tese, o foco das capacitações, *workshops*, projetos e incentivos exercidos pelo Banco Mundial.

Não é raro notar os apontamentos que as ações sobre empoderamento feminino liberal fazem no sentido de pautar políticas públicas de conscientização através da educação de mulheres sobre seus direitos e, além disso, versar sobre alterações legislativas para combater a desigualdade entre os gêneros. A região do Leste da Ásia e o Pacífico desenvolveram trinta e oito reformas legislativas com auxílio do projeto “*Womens, Business and the Law*”: no tocante as questões de casamento, nove economias realizaram mudanças nas suas legislações a fim de combater a violência doméstica. De acordo com o mapeamento realizado pelo relatório: Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Timor-Leste, Tonga e Vanuatu foram países que se dispuseram a elaborar leis de proteção às meninas e mulheres com o intuito de reduzir a violência contra elas.

Em consequência das alterações legislativas e novas leis específicas para o combate à violência contra o gênero feminino, foi possível notar, de acordo com o relatório, que estatisticamente a aplicação das leis gerou impacto positivo nas localidades. Nas localidades citadas acima restou notório o fato de que a mobilização estatal para garantia do cumprimento da lei gerou também impactos na sociedade para compreensão das mulheres enquanto sujeitas de direito. A legislação específica para o gênero feminino foi o pontapé inicial para mudanças mais profundas na consciência local sobre a questão da equidade entre os gêneros.

Em estudo publicado em 2014 (WORLD BANK, 2014) intitulado “*Promoting Women’s Economic Empowerment What Works?*” as pesquisadoras apresentam uma série de elementos para promoção do empoderamento, porém finalizam afirmando que naquela época existiam poucas evidências sobre os custos e benefícios financeiros para quem investisse na promoção do empoderamento feminino; existiam menos evidências ainda no tocante a sustentabilidade das intervenções e impactos duradouros.

Até mesmo a abertura legislativa e atenção maior à educação sobre os direitos femininos, em alguns casos, não são suficientes se ocorrem dissociados da prática

cotidiana de romper gradualmente com a imposição masculina sobre corpos femininos nos mais variados graus de controle.

Outro ponto que merece ser analisado com cautela é a questão da representatividade das mulheres em espaços deliberativos como resposta direta ou alternativa eficaz para o empoderamento político.

Em artigo publicado em 2016 por Thomas Carothers no site do Banco Mundial, o próprio autor atenta para a diferenciação entre a quantidade de mulheres em partidos políticos e o empoderamento político feminino na prática. O autor faz uma análise lúcida sobre a igualdade política das mulheres a qual versa, geralmente, sobre a igualdade numérica e legal entre os gêneros e o empoderamento político ser responsável por mudanças reais nas dinâmicas das relações de poder (CAROTHERS, 2016).

De forma pragmática, resta comprovado que ainda existe uma dificuldade de investir realmente no empoderamento político: muitas vezes os partidos políticos associam seus programas de igualdade numérica entre homens e mulheres a noção de empoderamento feminino. A ênfase no aumento do número de mulheres nos espaços deliberativos da política não é a medida capaz de sanar toda a problemática estrutural de negação de poder ao gênero feminino. Este tipo de ação fica limitado a resultados imediatistas que não são capazes de subverter a estrutura que permanecerá reproduzindo opressão de gênero, raça e classe na sociedade.

Muitas vezes partidos políticos financiam campanhas (CAROTHERS, 2016) e fazem alianças com mulheres para instituir certo grau de igualdade, porém, em virtude deste financiamento, as mulheres ficam com sua atuação limitada ao que o partido impõe sobre suas ações. No final das contas, o dito ‘empoderamento político feminino’ na realidade é mascarado com a verticalidade que ainda enxerga nos corpos femininos passividade e inabilidade política que precisam de direcionamentos.

Em outras palavras: garantia de representatividade não é o suficiente para o alcance de libertação das mulheres uma vez que a estrutura precisa ser subvertida e não mantida com novas agentes que não terão liberdade de efetivar e fazer política de acordo com suas necessidades e de tantas outras que, em tese, estariam representando.

As ações pontuais do Banco Mundial apresentam esforço no sentido de promover o imperativo da diferenciação estratégica (CAROTHERS, 2016) e conforme

dito anteriormente: são ações que contemplam determinadas realidades e aplicam estratégias que, em tese, seriam eficazes para promoção da igualdade entre os gêneros.

As diferenciações estratégicas são adotadas para garantir maior equidade entre homens e mulheres em espaços de poder. Uma das ações adotadas é a instituição de leis de ações afirmativas que destinem uma parte das vagas dos espaços deliberativos para mulheres. Na Argentina<sup>10</sup> em 08 de março de 2019 entrou em vigência a Lei que prevê igualdade entre os gêneros na disputa política: 50% das candidaturas ao Congresso e ao Parlamento do Mercosul devem ser preenchidas por mulheres.

Por ser uma lei recente, ainda não podemos analisar concretamente os seus resultados na sociedade argentina, porém este é um exemplo prático da proposta apresentada pelo Banco Mundial como forma de promoção da equidade entre os gêneros em espaços deliberativos.

Além disso, no tocante à diferenciação estratégica existem elementos que são estimulados para garantir a emancipação feminina, são eles:

- Fortalecimento do papel das mulheres dentro dos partidos políticos: reforçar a presença de lideranças partidárias femininas e aumentar a quantidade de mulheres candidatas através do treinamento de liderança de ativistas partidárias.
- Aumento das chances das candidatas mulheres ganharem eleições legislativas treinando estas para enfrentar as dificuldades e financiar suas campanhas.
- Defesa da adoção de cotas de gênero nas instituições políticas.
- Aumento da eficácia e a capacidade das mulheres eleitas.

Sobre o tema da diferenciação estratégica adotada em ações e proposta de políticas públicas do Banco Mundial cabem algumas ponderações.

Geralmente as diferenciações não são apenas na perspectiva do gênero, mas também da raça, da classe e da orientação sexual. Pessoas que são discriminadas pelo seu gênero, classe, raça ou orientação sexual precisam lidar com as ambivalências de reforçar suas diferenças para alcançar igualdade social ou negar a diferenciação para alcance de redistribuição econômica, por exemplo.

---

10 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/argentina-aumenta-cota-de-mulheres-no-congresso-para-50.shtml>

É interessante explicar tais ambivalências, uma vez que a autora explica didaticamente os reflexos e desdobramentos da ênfase da diferença em determinados momentos e a sua contrariedade em relação à abolição de arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo. Este último movimento, também nomeado de desdiferenciação (FRASER, 1997, p.233). A grande questão para a feminista é que as categorias de gênero, raça, classe e orientação sexual precisam encontrar maneiras de agir estratégicas para combater as injustiças econômicas e culturais. Neste sentido, o pensamento lógico de Fraser apresenta a seguinte resolução, de maneira simplificada:

- Injustiças econômicas: REDISTRIBUIÇÃO.
- Injustiças culturais: RECONHECIMENTO.

De maneira mais didática: o polo hipossuficiente da relação de poder quando estiver passando por uma determinada injustiça econômica, deve buscar o caminho da afirmação de igualdade entre as pessoas. A título de exemplificação: a exploração da mão de obra feminina e negra em diversos países deve ser combatida e pautada a igualdade entre os gêneros no sentido de remuneração.

Já em situação de injustiças culturais onde o polo hipossuficiente tem seus direitos desrespeitados e é discriminado por seu gênero, raça, classe ou orientação sexual deve buscar o caminho do reconhecimento das desigualdades e pautar políticas de afirmação para alcançar algum nível de equidade. Um bom exemplo de luta de reconhecimento é a batalha por cotas dentro de espaços deliberativos para garantir paridade entre os gêneros.

Passada a breve explicação do pensamento da autora Nancy Fraser, cabe pontuarmos que as ações do Banco Mundial, suas capacitações, concepção e disseminação do conceito de empoderamento liberal, aponta que a Instituição reforça as lutas por reconhecimento. Não estamos ignorando as ações e seus desdobramentos, porém no tocante a emancipação feminina, o Banco Mundial não apresenta respostas capazes de transformar estruturalmente a dinâmica de opressão ao optar por um modelo de ação focado no indivíduo.

#### **4. Contrapontos entre o empoderamento liberal e o empoderamento coletivo**

Conforme exposto ao longo deste trabalho, buscamos analisar pragmaticamente as perspectivas e abordagens distintas sobre os conceitos de empoderamento. Neste capítulo nos propusemos a confrontar a definição e prática do empoderamento liberal adotado pelo Banco Mundial *versus* a definição e prática dos movimentos sociais e das feministas latino-americanas sobre empoderamento coletivo. Debruçamos nossa atenção nos projetos em andamento, políticas públicas implementadas e propostas de alteração legislativa como mecanismos propostos para combater a opressão do gênero feminino.

Cumpramos ressaltar que ambos os movimentos, tanto do Banco Mundial quanto dos movimentos sociais, respaldam suas ações sobre a justificativa da emancipação feminina; ocorre, no entanto, que as diretrizes adotadas por cada vertente de empoderamento (liberal x coletivo) são bastante divergentes e devem ser compreendidas em sua complexidade sobre o impacto estrutural na sociedade e na vida das mulheres.

Traçando um paralelo com a análise, cabe pontuar alguns conceitos da autora feminista Nancy Fraser acerca da luta por reconhecimento e redistribuição através de remédios afirmativos e transformativos (FRASER, 2001, p.233). De acordo com o estudo publicado, a autora fala sobre as diferenças e situações desfavoráveis ao gênero feminino e que propostas seriam capazes de remediar a situação de desigualdade.

Ao longo do texto, aponta o que ela nomeia de remédios de reconhecimento àqueles que buscam reafirmar o gênero como forma de sanar a problemática da injustiça de discriminação negativa. Ao passo que os remédios de redistribuição versam sobre o discurso da igualdade e uma espécie de abolição do gênero.

Após esta análise, a tese passa a versar sobre a dificuldade de sair dos extremos e confrontar os percalços de zonas griseas. Em qual momento é mais estratégico afirmar o gênero? Em qual momento é mais estratégico negá-lo? Em seu estudo, a autora traça a linha argumentativa e aponta o dilema da redistribuição-reconhecimento (FRASER, 2001, p.233) onde pessoas que sofrem injustiças culturais (reconhecimento) e injustiças econômicas (redistribuição) necessitam tanto reivindicar como também negar sua especificidade.

Ao aprofundar o debate sobre gênero, Nancy Fraser aborda que esta categoria é bivalente e que as mulheres necessitam tanto de remédios redistributivos (a luta por igualdade salarial, por exemplo, é uma forma de negação de gênero ao afirmar que não

é lógico fazer distinção entre os pagamentos de homens e mulheres) quanto de remédios de reconhecimento (a luta por paridade na ocupação de cargos públicos reforça o gênero como característico de parte da população que teve pouco acesso aos espaços deliberativos).

Não existe uma resposta absoluta, mas a autora apresenta encaminhamentos possíveis sobre ações que contribuam para uma sociedade menos desigual entre os gêneros, as raças e as classes. Nesta toada, Nancy Fraser apresenta sua conceituação de remédios afirmativos e transformativos.

O primeiro estaria atrelado à correção dos efeitos da desigualdade de arranjos sociais, sem abalar a estrutura; Já o segundo estaria voltado para correção dos efeitos desiguais através da mudança na estrutura. A autora reforça ainda que a diferença entre os remédios está pautada entre os efeitos terminais *versus* processos que os produzem. Não é coerente falar sobre mudança gradual em contraste com mudança apocalíptica (FRASER, 2001, p.237) uma vez que não é sobre isso que os remédios estão dando conta.

É muito comum que, ao falar sobre alternativas transformadoras, haja associação direta com radicalismo e mudanças abruptas. Tal conclusão é equivocada, pois não é desta maneira que a transformação ocorreria: estratégias de cunho transformador buscam desmontar a ordem vigente de maneira gradativa.

Neste sentido, é possível utilizar a concepção de reconhecimento-redistribuição da autora Nancy Fraser para ilustrar melhor a estratégia adotada atualmente nas ações que o Banco Mundial promove ao redor do mundo. Conforme amplamente dito ao longo do terceiro capítulo deste trabalho, as ações promovidas pela Instituição apresentam grande enfoque na capacitação e promoção de *workshops* para mulheres. Para que estas aprendam a trabalhar e possam se tornar autônomas financeiramente.

A título de exemplificação: atualmente o Banco Mundial vem estabelecendo parcerias com países não-ocidentais para promoção do Capital Humano (WORLD BANK, 2014). Neste sentido, apesar do investimento na saúde e educação das mulheres, os espaços deliberativos ainda são majoritariamente ocupados pela classe masculina que não demonstram intenção de garantir a paridade de gênero. Além disso, apesar das

pressões sociais internacionais, ainda existe resistência para alterar a legislação a fim de que estas passem a combater a violência contra o gênero feminino, por exemplo.

O enfoque dado ao empoderamento liberal e sua implementação nas ações do Banco Mundial ocorrem de maneira verticalizada e superficial ao mesmo tempo. Atualmente a Instituição tem realizado investimentos no Egito (WORLD BANK, 2018) e apresentou os resultados no relatório intitulado “*Women Economic Empowerment Study*” onde relata as ações desenvolvidas e os entraves ainda presentes para a persistente baixa participação política das mulheres egípcias.

De acordo com o relatório, a agência internacional busca parceria com o governo local para realizar o investimento e promover o empreendedorismo. Ocorre, contudo, que a técnica adotada, apesar dos ganhos para população feminina, continua perpetuando a mesma forma de governar que reproduz o poder concentrado na classe masculina. Ou seja, a forma de empoderamento liberal adotado para promoção do desenvolvimento utilizada pelo Banco Mundial reproduz a perpetuação sistêmica da opressão entre os gêneros.

Neste momento, é importante atentarmos para as questões ligadas ao empoderamento liberal e a ascensão das mulheres nos espaços deliberativos. É inegável a importância de que nos espaços de poder existam mulheres que pensem sobre como o Estado deve gerir as questões relativas ao gênero. Acontece que, baseada nas ações do Banco Mundial, o apoio ofertado para as mulheres que adentram nos espaços de poder ainda é incipiente. Por mais que os estigmas venham sendo quebrados, não é raro nos depararmos com situações onde o gênero feminino esbarra nas balizas impostas pela classe dominante.

O acesso ao judiciário e ao legislativo, por exemplo, ainda é repleto de barreiras que impedem a emancipação das que resistem e tentam de alguma forma subverter a ordem. Uma das propostas apresentadas num estudo que consta de 2016 (CAROTHERS, 2016) no site do Banco Mundial apresenta a questão do empoderamento e da representatividade feminina nos espaços deliberativos.

O autor inicia sua abordagem relatando que atualmente os provedores de apoio à democracia (leia-se organizações internacionais como o Banco Mundial) estão lutando para reproduzir estratégias capazes de permitir o desenvolvimento de localidades com

democracias emergentes, estagnadas ou em retrocesso. Neste sentido, Thomas Carothers vai debruçando quais as melhores abordagens para cada tipo de contexto e como os provedores de apoio a Democracia podem interferir a fim de garantir o desenvolvimento através do empoderamento político das mulheres.

Tal questão é problemática em virtude do fato que, de acordo com a linha argumentativa adotada pelo autor, a questão da liderança do empoderamento não permite que as mulheres protagonizem os seus próprios processos. A utilização do empoderamento feminino como instrumento para garantia de desenvolvimento faz com que ainda exista o controle da Instituição sobre como deve ser realizado o procedimento.

Apesar das críticas, o texto apresenta algumas propostas que podem ser aproveitadas para fins de alcance da emancipação feminina. Uma delas é a posição dos partidos políticos de garantirem o protagonismo das mulheres: que elas assumam as linhas de frente partidárias e protagonizem as pautas relativas à busca pela igualdade entre gêneros (CAROTHERS, 2016).

Apesar de não estar presente no texto, a proposta apontada pelo autor foi materializada pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) tendo em vista o crescimento do protagonismo das mulheres dentro do partido e nos cargos ocupados no legislativo.

Outra forma de garantir a inserção do gênero feminino seria por intermédio do auxílio financeiro prestado pelos partidos políticos para que, dentro do partido, existam condições de execução dos projetos e da permanência das mulheres na política.

O autor fala ainda sobre a importância de atentar para as líderes de comunidades e a inclusão destas para além dos espaços micro. Tudo isto para garantir o desenvolvimento das democracias e o fim dos conflitos, reforçando a perspectiva liberal do empoderamento que compreende este apenas como um artifício para alcançar mais desenvolvimento (SARDENBERG, 2017, p.18).

Mediante tais propostas, o autor apresenta a sua perspectiva para garantia de representatividade política do gênero feminino e, conseqüentemente, implementação de políticas públicas e alterações legislativas. De acordo com o relatório *“Womens, Business and the Law: a decade for reform”*, nos últimos dez anos, diversos países

implementaram novas legislações a fim de promover maior independência da classe feminina (WORLD BANK, 2019). Um bom exemplo pode ser analisado no caso da América Latina e do Caribe que promoveram na última década avanços legislativos no sentido de garantir o aumento da licença maternidade.

Em contrapartida, pelo fato da demanda feminina ter tomado proporções inimagináveis, fez-se necessário uma mudança de atitude dos órgãos governamentais e organizações internacionais para que fossem capazes de incluí-las no poder, mas sempre balizando e apontando de maneira verticalizada até onde e como elas podem agir. O poder para o Banco Mundial está associado à ideia de poder como recurso e é considerado uma espécie de bem social positivo que apenas é mal distribuído entre os gêneros (SARDENBERG; OUTSHOORN, 1987, p.19). Por isto, suas ações estão pautadas em apenas inserir as mulheres na sua estrutura e não alterá-la.

A demanda dos movimentos sociais, o crescimento dos feminismos na sociedade e sua crescente disseminação geraram impacto entre as mulheres do mundo todo e que, a cada geração, ganha mais consciência sobre a necessidade de protagonizar sua própria história, resgatar sua autoestima e resistir frente às imposições do patriarcado.

Neste contexto, começam a surgir às primeiras noções de empoderamento coletivo e suas estratégias para desmonte da estrutura, luta pela emancipação feminina e igualdade entre os gêneros. Em contrapartida, aqueles que já estão inseridos no contexto de domínio do poder, acabam por desenvolver mecanismos de tolhimento destas lutas para manutenção do *status quo* vigente.

Sendo assim, é possível notar que o início das ações do Banco Mundial voltadas para o empoderamento feminino liberal, surgem após o estopim da luta protagonizada pelo movimento das mulheres. Ocorre, entretanto, que não seria conciliável para o Banco Mundial transformar sua estrutura para atender a demanda dos movimentos sociais, logo, a Instituição apresentou uma resposta que, na sua concepção, é capaz de garantir a igualdade entre os gêneros.

Ao longo dos anos foram desenvolvidas uma série de ações do Banco Mundial relativas ao empoderamento das mulheres em programas e projetos para o desenvolvimento global e produção de capital humano. Acontece, contudo, que a maior parte dos projetos representa o modelo neoliberal de empoderamento e dá ênfase a uma

suposta 'autonomia econômica', pautando a perspectiva de participação em *workshops* sobre geração de renda como instrumento capaz de gerar empoderamento (SARDENBERG, 2017, p.25).

Apesar da série de críticas tecidas às estratégias desenvolvidas pelo Banco Mundial para o empoderamento feminino, cabe pontuar os seus atuais esforços para pautar a igualdade entre os gêneros nas suas ações. Se compararmos, por exemplo, com políticas e propostas dos bancos antigamente, em que não existia se quer menção à paridade de gênero nos espaços de poder, podemos notar que, pelo menos, o Banco Mundial dá visibilidade às questões de gênero e se posiciona no sentido de afirmar que elas são de suma importância para alcançar desenvolvimento.

É necessário ressaltar ainda que as políticas do Banco Mundial são resultado e consequência direta de mudanças sociais produzidas em grande parte por pressões dos movimentos sociais. As estratégias atuais desenvolvidas pela Instituição ressaltam a necessidade de investimento nas questões de gênero para pleno crescimento econômico da sociedade global. Tais políticas, contudo, ainda são limitadas em virtude da pouca capacidade de conciliação entre as diretrizes do empoderamento coletivo e a agenda de práticas do Banco Mundial para prosperidade econômica global.

De princípio, o empoderamento coletivo é visto como um conjunto de etapas nas quais o grupo é priorizado, apesar do fato de que cada mulher é autônoma e realiza o seu processo de empoderamento, resgate de autoestima e redescoberta de maneira independente e livre. Uma mulher é capaz de auxiliar no processo de outra mulher, contudo aquela não será protagonista do empoderamento desta: na perspectiva coletiva cada uma é protagonista de sua história, sujeita autônoma e, a partir daí, em conjunto com outras mulheres caminharão juntas para combater a opressão de gênero, raça e classe.

Nesta perspectiva, é passível de observação a diferença em relação ao protagonismo feminino: enquanto no empoderamento coletivo, a mulher está se descobrindo como sujeita capaz de ter autonomia, auxiliada por outras mulheres, porém ela é sua própria referência; no empoderamento liberal apresentado pelo Banco Mundial existe a preocupação com a liberdade feminina, porém as medidas aplicadas reforçam a posição de vulnerabilidade do gênero já que a Instituição reafirma sua posição de liderança e não atribui o devido protagonismo às mulheres.

Neste sentido, o empoderamento coletivo adotado pelas feministas representa efetividade na sua práxis a partir que, ao longo das gerações subseqüentes a da década de 70, notamos a saída de muitas mulheres do polo passivo para as linhas de frente das suas histórias. É inegável que as ações coletivas, principalmente no âmbito da pedagogia, vêm impactando profundamente as diretrizes de uma sociedade ainda patriarcal.

Caso as ações do empoderamento coletivo restassem infrutíferas, não veríamos a mídia se apropriando do termo para lucrar mais ou o próprio Banco Mundial repensando suas diretrizes para tentar adequá-las às demandas feministas; ainda que a Instituição conceba o fato de sua estrutura e os anseios do movimento feminista latino-americano ser completamente opostos e que suas ações contemplam unicamente a vertente liberal dos feminismos.

Outro ponto de divergência entre o empoderamento liberal e o empoderamento coletivo são os meios utilizados para alcance do ideal de empoderamento de cada um. Se por um lado o empoderamento liberal do Banco Mundial se coloca de maneira vertical e desconsiderando as vivências das mulheres que poderiam contribuir para o próprio processo de empoderamento delas, do outro temos o empoderamento coletivo adotado pelas feministas latino-americanas, baseadas nos princípios freireanos de horizontalidade buscando, principalmente em espaços micro, dialogar com outras mulheres e somar forças para combater o machismo e auxiliar outras mulheres.

Pautar horizontalidade não é uma tarefa fácil em virtude de estarmos inseridas em ambientes extremamente burocráticos e verticalizados, porém a grande questão do empoderamento coletivo é o de adentrar nestes espaços e subvertê-los. Utilizar-se de códigos não reconhecíveis e implementar, pouco a pouco, novas maneiras de pensar e agir em conjunto. Seja no judiciário, no legislativo, no executivo: a resposta mais transformadora que uma mulher pode dar ao sistema, estando inserida nele, é desconstruindo-o.

Até porque, pelo fato da classe feminina estar sempre à margem das decisões que regem a sociedade global, não possuem nenhum tipo de privilégio, logo, não podem apresentar o mesmo receio do Banco Mundial: o receio de perder o poder, o receio de não ter mais privilégios. Na realidade, a luta do empoderamento coletivo não está

baseada especificamente no ganho de poder, mas na sua subversão como mecanismo capaz de implementar uma sociedade mais justa e equitativa.

A partir do momento que as mulheres conseguem mais representatividade, maior poder deliberativo, para que sua ocupação seja impactante na vida de outras mulheres, há necessidade de que elas apresentem novos métodos de fazer política e pautar os anseios da classe feminina.

O aumento do número de mulheres em espaços deliberativos pode não mudar completamente as regras do jogo, se suas ações estiverem atreladas a antigas práticas de manutenção do poder para uma minoria privilegiada, mas é possível argumentar sobre determinadas vantagens estratégicas. Com o aumento da classe feminina nos espaços deliberativos, a união entre as mulheres pode ser capaz de criar grupos de pressão para que as instituições estejam cada vez mais comprometidas com a promoção da equidade entre os gêneros.

Acontece, contudo, que conforme já apontado neste trabalho: a simples inserção de mulheres, sem a devida união e promoção do empoderamento coletivo nos espaços, mudariam as peças do jogo, mas a lógica de opressão continuaria como regra intacta. Além de que este tipo de prática só reforçaria as práticas do empoderamento liberal que dá enfoque ao individualismo, mas não apresenta soluções capazes de impactar o coletivo. Este é mais um óbice de diferença entre as práticas do empoderamento liberal e do empoderamento coletivo como mecanismos de combate à desigualdade entre gêneros.

As mulheres feministas adeptas do empoderamento coletivo pautam sua atuação no sentido da desconstrução: usam sua posição para falar por diversas mulheres que jamais foram ouvidas naquele espaço, apresentam projetos de lei embasados nas vivências de diversas mulheres graças ao contato coletivo por intermédio de redes de apoio e não pensam de maneira individualizada.

Mediante a série de pontos elencadas podemos afirmar que para fins de transformação e encaminhamento para um horizonte mais igualitário, a resposta para a desigualdade entre gêneros é mais bem apresentada pelo empoderamento coletivo. É inegável, entretanto, que as ações advindas da abertura legislativa e promoção de

políticas públicas implementadas pelo Banco Mundial devem ser utilizadas de maneira estratégica pelo movimento das mulheres.

### **5. Considerações finais sobre o empoderamento como alternativa emancipatória para uma sociedade igualitária**

Ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar as ambivalências e contradições nos usos do conceito do empoderamento e seus reflexos nas formas de impactar a sociedade e, conseqüentemente, a vida das mulheres que passaram gerações no polo de subordinação ao patriarcado.

Pela perspectiva do empoderamento liberal, o conceito estaria sendo atrelado às noções de integração, participação, identidade, individualidade e desenvolvimento (LEÓN, 1997, p.91), ao passo que estas percepções se afastam das referências mais radicais e que abordam empoderamento como emancipação através da ação coletiva.

Em contraposição ao empoderamento na perspectiva liberal, há o empoderamento para a libertação, onde as relações de poder são tidas como ponto principal e, desta maneira, o empoderamento das mulheres é tido como a dinâmica gradativa em que a mulher conquista sua autonomia e passa a lutar coletivamente para desmontar as estruturas patriarcais (SARDENBERG, 2015). É de suma importância destacar que a abordagem citada dá a devida ênfase às redes de apoio e movimento das mulheres e suas ações coletivas, porém sem negligenciar o processo de empoderamento pessoal de caráter autônomo.

Além disso, os feminismos estão utilizando-se do termo empoderamento em detrimento do termo poder (SARDENBERG, 2009, p.4) cruamente por uma série de razões que serão elencadas:

- Foco nas oprimidas e não nos opressores;
- Ênfase em ‘poder para’ no lugar de ‘poder sobre’
- Insistência na ferramenta do poder como algo capaz de capacitar e não de dominar;
- Além da utilização do ‘poder com’ que tem o escopo máximo de apresentar soluções em ações transformadores e coletivas;

O empoderamento coletivo encontra-se, desta maneira, intrinsecamente ligado ao processo que busca realizar “mudanças na distribuição do poder, tanto no nível das relações interpessoais, tanto no nível das relações interpessoais quanto nas instituições da sociedade” (SARDENBERG, 2017; STROMQUIST, 2002). No âmbito pessoal o empoderamento está mais associado à questão do reconhecimento da situação de hipossuficiência, conscientização de que é uma sujeita de direitos na sociedade e no resgate de sua autonomia e autoestima.

Já no plano das mudanças institucionais em prol da sociedade, o empoderamento coletivo está associado à troca de experiências, formação de redes, debates sobre as causas da estrutura patriarcal de dominação que tolhe a liberdade das mulheres e propostas de subversão e resistência.

Conforme explanado anteriormente, os processos que desencadeiam o empoderamento feminino são diversos, ambivalentes e este trabalho se debruçou sobre dois: o empoderamento liberal e o empoderamento coletivo. Após análise de dados, constatamos que não há como se falar em um conceito universal sobre empoderamento: são múltiplos e repletos de nuances.

Notamos, ao longo do trabalho, a inegável importância da alteração na dinâmica do Banco Mundial ao assumir o empoderamento feminino como estratégia para alcance do desenvolvimento global e erradicação da pobreza. Tal mudança aconteceu graças à pressão dos movimentos sociais e da luta do movimento das mulheres para demonstrarem suas demandas internacionalmente. Ressaltamos ainda a influência do Grupo enquanto agente comprometido com o investimento financeiro para que novas legislações e políticas públicas sejam implementados a fim de garantir os direitos femininos e a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Comparando com a geração anterior, datada da década de 50, em que as mulheres para terem acesso aos bancos necessitavam de autorização expressa de seus pais ou maridos, é inegável o avanço na postura adotada pelo Banco Mundial. Até mesmo no seu conselho administrativo, notamos o crescente número de mulheres líderes, a exemplo de nomes como Kristalina Georgieva (Diretora Executiva desde 2017), Pinelopi Goldberg (Economista Chefe) e Annette Dixon (Vice- Presidente de Desenvolvimento Humano). O investimento no empoderamento é, de fato, uma política

adotada atualmente pela Instituição com o intuito de garantir o desenvolvimento econômico e social do mundo globalizado.

As estratégias utilizadas ainda reafirmam, contudo, o protagonismo do World Bank no processo de empoderamento feminino. Conforme expomos ao longo deste trabalho, a disseminação da conscientização feminina sobre seus direitos precisa ser realizada a fim de promover autonomia. A partir do momento que a Instituição ainda se coloca enquanto provedora do empoderamento alheio, existe uma situação problemática tendo em vista a permanência da estrutura de hierarquias.

Apesar deste ponto, os ganhos de novas legislações e políticas públicas devem ser exaltados e o movimento das mulheres pode agir de maneira estratégica a partir da abertura apresentado pelo financiamento do Banco Mundial.

Tendo em vista o crescente aumento de mulheres nos espaços deliberativos graças as suas lutas emancipatórias, elas podem aproveitar o incentivo da Instituição para agir de dentro das esferas de poder. Agir estrategicamente para, através do empoderamento coletivo, subverter os sistemas burocráticos e alcançar uma sociedade mais igualitária.

Dito isto, passaremos a explicar sobre a importância da troca de experiências entre as mulheres e seu impacto no processo de conscientização e empoderamento coletivo. No final da década de 60, através das práticas dos grupos de conscientização feministas virou emblemática a frase ‘o pessoal é político’ (SARDENBERG, 2017, p.3). Nestes grupos as integrantes falavam de suas vivências e experiências e puderam constatar em conjunto que boa parte de suas relações familiares e afetivas refletiam certo tipo de poder onde elas sempre estavam em desvantagem em relação aos homens (HANISH, 1970/ SARACHILD, 1973).

Todo este processo de troca de experiências e vivências de maneira coletiva fez com que as mulheres pudessem enxergar que a problemática do cotidiano (violência sexual, má divisão das tarefas domésticas, maternidade compulsória, impossibilidade de agir como sujeita autônoma) possui raiz nos problemas sociais e, para ser solucionado, o movimento das mulheres deveriam agir coletivamente. Em virtude disto, o mote ‘o pessoal é político’ passou a questionar não somente a suposta separação entre a vida privada e a pública, como também a noção de político que utiliza as relações sociais na

esfera pública como diferenciada no seu conteúdo das relações na vida familiar e privada (SARDENBERG, 2017, p.16).

Resta notório, mediante os exemplos práticos das redes de apoio dos movimentos feministas, que as relações de poder dentro da vida privada ainda reforçam uma série de estereótipos de gênero, delega às mulheres a posição de subordinadas e isto influencia diretamente na esfera pública e dinâmica social. Não é crível o argumento de que a esfera privada e suas relações familiares patriarcais estão completamente dissociadas das práticas de espaços hierarquizados de poder, como no judiciário, por exemplo, onde a maioria dos altos cargos ainda é ocupada majoritariamente pela classe masculina.

Dito isto, o processo de formação de redes de apoio e grupos de conscientização, da década de 70 até os dias atuais, no Brasil, na América Latina e nas ações das chamadas Feministas do Terceiro Mundo, tem importância para disseminação do empoderamento coletivo articulado com os princípios de educação popular (BATLIWALA, 1994, p.131). As ações pautadas na horizontalidade, diálogo e troca de experiências são capazes de identificar mulheres em situações de risco iminente e mobilizar coletivamente para apresentar soluções práticas.

Na práxis das redes de apoio, é possível mapear os principais problemas enfrentados pelas mulheres de determinados locais. Além disso, quanto mais mulheres participando, maior o alcance e o respectivo processo de conscientização para somar forças na luta pelo reconhecimento de direitos eminentes como: direito à dignidade sexual, direito ao trabalho remunerado justamente, direito ao acesso à justiça.

Neste sentido, as mulheres inseridas no contexto de luta pela garantia de dignidade da classe feminina não devem se ajustar a estrutura que as oprime, mas precisam alterar substancialmente as condições materiais a fim de criar novos espaços e novas maneiras de atuar em sociedade (HANISH, 1969). Para isto, devem aproveitar todas as oportunidades: inclusive aquelas que são construídas através do empoderamento liberal e das ações do Banco Mundial.

Cabe pontuar ainda que as reuniões dos grupos feministas e suas redes de apoio não são uma espécie de terapia de grupo, mas sim uma tomada de conscientização política (HANISCH, 1969). A tomada de consciência. nas palavras da autora Cecília Sardenberg:

“(...) é a condição primordial no deslanchar do processo de empoderamento, sobretudo, quando acontece a partir da troca de vivências e experiências e reflexões coletivas, que levam a uma ação coletiva transformadora.”

Exemplo prático dos grupos de conscientização diz respeito ao fato de que a troca de experiências e vivências sobre violência contra as mulheres leva à constatação de que a violência doméstica é um fenômeno muito mais profundo do que se podia cogitar. A partir da reflexão em conjunto, por intermédio dos grupos de conscientização, surgem as ações transformadoras de apoio às mulheres na sociedade.

Neste contexto, no Brasil, em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha que busca combater a violência contra as mulheres. Sem adentrar no debate sobre garantismo penal e crise do sistema carcerário, é importante destacar que a legislação é uma maneira de proteger a classe feminina vulnerabilizada, porém só isso não é o suficiente. O respaldo legislativo precisa vir acompanhado de apoio às vítimas; estímulo a mudanças comportamentais e combate a violências simbólicas que rodeiam tantas mulheres cotidianamente.

É importante destacar ainda, que a prática destes coletivos e grupos de conscientização apresentam muitos traços da pedagogia libertadora e feminista, onde a educação é capaz de atuar como elemento fundamental para a auto-organização das mulheres (SILVA, 2010). Nesta perspectiva, existem várias abordagens que podem ser adotadas dentro dos coletivos: atenção centrada na mulher como processo autônomo e favorecimento disto para engajamento futuro em outros processos de mudança; outros buscam acumular conhecimentos sobre a questão de gênero e avaliar as políticas públicas e sua efetividade ou não.

No final das contas, o escopo máximo do trabalho educativo dentro das redes de apoio e conscientização se refere à contribuição para formação de mulheres engajadas na ação feminista política e transformadora (SILVA, 2010).

Tanto o acúmulo de conhecimentos sobre as questões de gênero, quanto à retomada da autoestima são fundamentais para o processo de empoderamento coletivo e exigem a formulação de novas condições de fortalecimento de base e compreensão do feminismo como grupo coletivo atuante nos espaços políticos.

No que diz respeito especificamente à formação de redes de apoio e seus impactos nas políticas públicas de garantia de direitos das mulheres, cabe ressaltar que estas ações remetem ao início da utilização do empoderamento pelas feministas da Segunda Onda para repensar o poder sobre novas lentes que proporcionassem o desmonte do patriarcado e do machismo, além de transformar e emancipar, de fato, as mulheres.

É válido ressaltar ainda que os processos de empoderamento não são instantâneos, muito menos lineares; são frutos de um processo gradativo repleto de ambivalências, contradições e incertezas. Justamente pelo fato de estar apresentando algo novo e em alternativa a estrutura já posta, que as ações do empoderamento podem surgir com incertezas, porém com o fulcro de desenvolver um novo modelo de gestão capaz de emancipar as mulheres e ouvir cada vez mais as suas vozes.

Apesar do embate entre a questão do empoderamento liberal e empoderamento para a libertação, as atitudes coletivas estão resistindo e apresentando respostas contundentes como alternativas às imposições patriarcais da sociedade. No plano político do empoderamento, por exemplo, existe a preocupação com o desenvolvimento da força política e social das mulheres como um grupo, pensando de maneira coletiva e em prol dos direitos de todas (SARDENBERG, 2017).

Para além da teorização, existe uma série de exemplos práticos sobre como o empoderamento coletivo é capaz de transformar vidas e trazer impactos efetivos de desmonte ao patriarcado e sua estrutura. O primeiro a ser citado foi a publicação do livro *'Our Bodies Ourselves'*, pelo *Boston Women's Health Book Coletive* (1970); seu conteúdo dizia respeito a questões relativas aos corpos femininos que antes jamais tinham sido abordadas sob a perspectiva de mulheres para mulheres.

O grupo responsável originalmente foi o Coletivo de Saúde de Mulheres de Boston que liderou e desenvolveu práticas de autoconhecimento do corpo (SARDENBERG, 2017, p.21) e trouxe debates sobre os direitos reprodutivos da população feminina. Além disso, o grupo foi responsável por atuar na linha de frente e trazer a tona questionamentos sobre como a comunidade médica e jurídica da época usurpam a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos ao longo da vida.

Através deste exemplo podemos notar que através do empoderamento coletivo existe o mapeamento das demandas de um determinado grupo de mulheres. A partir disto, as demandas passam a ser debatidas para saber qual a maneira mais adequada de resolvê-las. Desta maneira, o movimento de mulheres passa a canalizar suas forças no sentido de materializar soluções para os espaços micro e macro da sociedade. Uma maneira de causar impacto é através da mobilização coletiva das mulheres como forma de apoio mútuo.

Mediante tudo que foi exposto, concluímos que o termo empoderamento apresenta uma série de ambivalências e é variável em determinados contextos. O presente trabalho buscou analisar com cautela as ambivalências do conceito de empoderamento e chegou à conclusão de que, apesar da latente preocupação com a emancipação feminina, empoderamento liberal e coletivo adotam caminhos distintos para o alcance de seus objetivos.

Apesar do conflito de interesses entre as práticas adotadas pelo Banco Mundial e as práticas das feministas latino-americanas, é possível afirmar que existem maneiras de subverter a ordem utilizando estratégias que envolvem os polos divergentes. Os relatórios do Banco Mundial versam sobre alterações legislativas e novas políticas públicas a fim de garantir uma sociedade global mais equitativa entre os gêneros. Para isto, contudo, a Organização centraliza suas condutas e realizam intervenções financeiras com ímpeto de promover o desenvolvimento.

A nova postura adotada pela Instituição Financeira Mundial é importante e necessária no atual cenário global, contudo, ainda são executadas de maneira antiquada por não colocarem em primeiro plano a emancipação feminina e sim o desenvolvimento econômico global.

Ocorre, contudo, que as aberturas das ações implementadas pelo Banco Mundial devem ser exploradas pelas feministas principalmente no tocante a promoção de paridade entre gêneros nos espaços deliberativos. Uma maneira de impulsionar a subversão da ordem é a união das mulheres dentro dos espaços de poder para exercer pressão nos órgãos governamentais para que estes atentem e cumpram suas agendas legislativas e de políticas públicas que promovam a equidade entre os gêneros.

Além disso, a cada mulher que ocupa determinado cargo que exerce poder, é necessário que o movimento feminista reconheça a importância deste espaço e passe a

tecer estratégias de apoio mútuo entre as mulheres, troca de experiências e acúmulo de conhecimento para pautar com coerência as políticas de empoderamento.

A proposta do empoderamento coletivo e da perspectiva freireana de educação popular enfrentam uma série de entraves a sua atuação, porém, mediante os exemplos trazidos ao longo deste trabalho, acreditamos no potencial efetivo e transformador destas atuações.

Ao longo da última década o debate sobre empoderamento foi cada vez mais disseminado e, ao final deste trabalho, podemos concluir que esta é uma forma de resistir e garantir que os direitos das mulheres sejam cada vez mais respeitados para que, desta maneira, caminhemos para um horizonte de igualdade entre os gêneros.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

BATLIWALA, Srilatha. “**The meaning of women’s empowerment: new concepts from action**”. 1994, em G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University Press.

CAROTHERS, Thomas. **Democracy Support Strategies: Leading with Women's Political Empowerment**. 2016. Disponível em <https://carnegieendowment.org/2016/09/14/democracy-support-strategies-leading-with-women-s-political-empowerment-pub-64534>

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**. 2000, Disponível em <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>

DAVIS, Angela and BUTLER, Judith. *Angela Davis e Judith Butler em conversa sobre a desigualdade*. [video] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5IYpk1Zj-SU>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª Edição, São Paulo: Editora Boi Tempo, 2016. Disponível em <https://coletivoanarquistalutadeclasse.files.wordpress.com/2010/11/mulheres-raca-e-classe-angela-davis.pdf>

FRASER, Nancy. “**From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age**”. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). 2001. *The new social theory reader*. Londres: Routledge, pp. 285-293.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

HAMLIN, Cynthia; PETERS, Gabriel. **Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres**. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n103/1807-0175-ln-103-167.pdf>

HANISCH, Carol. **The Personal is Political**. Notes from the Second Year: Women's Liberation, 1970.

KABEER, Naila. “**Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the Third Millennium Development Goals**”. 2005, *Gender and Development*.

LEÓN, Magdalena de. “**El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género**”. 2001. *La Ventana*, no. 13, pp.94-106.

LEÓN, Magdalena de. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. 1997, Bogotá, Coedición del Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer Y Genero de la Universidad Nacional de Colombia.

LISBOA, Tereza Kleba. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas política sociais.** 2008. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf)

MOSEDALE, Sarah. **Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework.** 2005, Journal of International Development, 17, 243-257.

ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres,** 2017. Disponível em [http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha\\_ONU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf)

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. **Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico.** 2014. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203/9505>

SARACHILD, Kathie. **Program for Feminist Consciousness-Raising.** In: FIRESTONE, S. Notes from the Second Year: Women's Liberation, New York, 1970.

SARDENBERG, Cecilia. **O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres.** 2017. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106/3726>

SARDENBERG, Cecilia. **Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista.** In: Dayse A. Santos; Maria Grazia Cribari Cardoso; Parry Scott. (Org.). Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais. 1ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2017, v. 1, p. 26-35.

SARDENBERG, Cecilia. **Liberal vs. Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective.** 01. ed. Brighton, UK: IDS: Pathways of Women's Empowerment, 2009. v. 01. 48p.

SILVA, Carmem. **Experiências em Pedagogia Feminista.** Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

STROMQUIST, Nelly P. **“Education as a means for empowering women”.** 2002, em; J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world. London: Routledge, pp.22-38.

THE WORLD BANK GROUP. **Promoting Women's Economic Empowerment What Works?** 2014. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/864621468337180679/pdf/WPS7087.pdf>

THE WORLD BANK GROUP. **Sahel Women's Empowerment and Demographics Project**, 2014. Disponível em <http://projects.worldbank.org/P150080?lang=en>

THE WORLD BANK GROUP. **Women Economic Empowerment Study**. 2018. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/861491551113547855/pdf/134846-WP-PUBLIC-march-2-WB-Women-Study-EN.pdf>

THE WORLD BANK GROUP. **Women, Business and the Law 2019: a decade of reform**, 2019, Washington D.C. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31327/WBL2019.pdf?sequence=4&isAllowed=y>